

NEOLIBERALISMO E NEOCONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Autores:

Álvaro Moreira Hypolito – Universidade Federal de Pelotas
Iana Gomes de Lima – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosânia Campos – Universidade da Região de Joinville
Simone Gonçalves da Silva – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Coordenador: Álvaro Moreira Hypolito – Universidade Federal de Pelotas

Resumo painel: O painel examina aportes do neoliberalismo e do neoconservadorismo para analisar duas políticas educacionais: a Base Nacional Comum Curricular e o Programa Criança Feliz, que embora parecendo externo às discussões curriculares para Educação Infantil, é forte indutor para uma proposta curricular conservadora para a Educação Infantil. Entende-se que, no atual cenário político, é importante um exame teórico desse tipo tendo em vista que as políticas educacionais continuam seguindo pressupostos neoliberais – o que já ocorre desde a década de 1990 –, mas, também, vêm incorporando premissas neoconservadoras. Demonstra-se que o neoconservadorismo, em sua versão do último quarto do século passado, rapidamente associou-se a interesses de outros grupos e antes dos anos de 1990 já se configurava a constituição da Modernização Conservadora ou Nova Direita, como denomina Apple (2003), que articula tradições culturais conservadoras, interesses religiosos conservadores, certos interesses da nova classe média com políticas econômicas neoliberais para impor a agenda neoliberal e neoconservadora na educação e nas definições do papel do estado. Para tanto, o primeiro trabalho que compõem este painel, apresenta os conceitos de neoliberalismo e neoconservadorismo, a partir, centralmente, dos estudos de Michael Apple (2000; 2003; 2013), que mapeou a atuação destes grupos em políticas educacionais no contexto estadunidense ainda na década de 1980. Faz-se uso do conceito de aliança conservadora (APPLE, 2003) para tratar da combinação (não sem suas contradições) entre estes diferentes grupos. O segundo trabalho apresenta a rede do Movimento pela Base Nacional Comum, mostrando quem são os atores que a compõem, objetivando de analisar alguns dos pressupostos que embasam a ideia de uma Base, com seus elementos do neoliberalismo e do neoconservadorismo. O terceiro trabalho procura analisar a presença desses grupos, ou da lógica defendida pelos mesmos, no Programa Criança Feliz, ação governamental para educação infantil, que repercute tanto nas discussões do currículo para educação infantil como no fortalecimento de concepções conservadores para essa etapa educativa. Tendo em vista o atual contexto, fica muito evidente o crescimento e a abrangência do neoconservadorismo em todas as esferas sociais, bem como uma retomada de premissas neoliberais, o que impõe uma atenção muito grande para os problemas e retrocessos que já são e que ainda serão enfrentados. O globalismo neoconservador e neoliberal continua a avançar e a padronizar a educação, por meio de sistemas de avaliação, de reformas curriculares e exames globais, padronização que permite uma ação mais direta das organizações neoconservadoras e neoliberais para garantir seus interesses.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; neoliberalismo; política educacional.

Uma análise de políticas educacionais no contexto do neoliberalismo e do neoconservadorismo

Álvaro Moreira Hypolito – Universidade Federal de Pelotas
Iana Gomes de Lima – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Neste trabalho, tem-se como objetivo apresentar características neoliberais e neoconservadoras, mostrando a importância de atuar com estes conceitos nas análises de políticas educacionais brasileiras. Para tanto, faz-se uma revisão bibliográfica, usando, centralmente, os trabalhos de Michael Apple (2000; 2003; 2013), que estudou o que ele denomina de aliança conservadora no contexto estadunidense. A partir destes estudos, caracteriza-se o neoliberalismo como um grupo preocupado em incluir interesses de mercado no âmbito educacional. Já os neoconservadores e os populistas autoritários possuem uma visão romântica do passado, no qual havia uma moralidade que deve retornar em dias atuais. Os interesses desses grupos nem sempre são confluentes, mas percebe-se que no Brasil, assim como nos Estados Unidos, há alianças entre eles que visam trazer à cena políticas educacionais tanto com uma perspectiva de mercado, como com uma perspectiva conservadora. Conclui-se que neoconservadorismo e o neoliberalismo articulam-se naquilo que Apple (2003) chama de aliança conservadora e que as ações dessa aliança têm repercutido nas políticas educacionais. Tendo em vista a força que, nos últimos anos, estes grupos têm ganhado força é de fundamental importância estudá-los.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Neoliberalismo; Aliança conservadora.

Nas últimas décadas do século passado, já era bastante manifesto que processos de globalização estavam em desenvolvimento, com repercussões importantes para a área de educação. No Brasil, a criação do SAEB talvez seja a política mais inaugural de uma virada, que se deu durante os últimos anos da década de 1980, para uma política neoliberal na educação. A consolidação de uma política de avaliação do sistema de educação pública, foi concretizado a partir dos anos de 1990, quando houve uma ampliação da função do estado avaliador, quando os primeiros alinhamentos às políticas neoliberais na educação foram articulados, com aprofundamento das políticas avaliativas. No século XXI, viu-se a aplicação extensiva de um modelo de gestão baseada em dados provenientes das avaliações, típica do modelo gerencialista de formulação de políticas educativas baseadas em evidências.

Contudo, neste trabalho, tem-se o entendimento de que tais reformas possuem, também, marcas neoconservadoras. Inicia-se uma articulação de interesses neoliberais e neoconservadores, denominada Nova Direita ou Aliança Conservadora, que Michael Apple designa como Modernização Conservadora (ver Apple, 2000; 2003). Assim, faz-se uso do conceito de “aliança conservadora” (APPLE, 2003) para tratar da combinação (não sem contradições) de diferentes grupos que compõem a Nova Direita (neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e nova classe média profissional) e que tem trazido à cena pressupostos e projetos conservadores. Assim, tem-se como objetivo trazer características neoliberais e neoconservadoras, mostrando a importância de usar esses conceitos nos estudos de políticas educacionais. Para tanto, faz-se uma revisão bibliográfica que servirá como aporte teórico para as análises a serem realizadas pelos dois trabalhos subsequentes.

Em países da Europa e nos EUA, esse tipo de articulação se apresentou muito forte, com a conjugação de interesses desses diferentes grupos neoliberais, neoconservadores, populistas-autoritários e nova classe média (Apple, 2000). Todavia, esses grupos carregam

interesses nem sempre confluentes e, muitas vezes, muito contraditórios. Seus interesses são catalizados por políticas educacionais que mesmo expressando paradoxos e contradições, garantem interesses essenciais para cada um desses grupos. Por exemplo, há um leque de possibilidades que pode incluir interesses de mercado (parcerias público-privadas, privatizações, salários ou incentivos por desempenho, dentre outras), descentralização de obrigações da educação pública (como as recentes polêmicas sobre *home-schooling* e escolas *charter*), embates em torno do controle sobre o conhecimento (currículos padronizados, exames padronizados, *accountability*), enfraquecimento do professorado (perda de autonomia, combate aos sindicatos docentes, formação aligeirada), dentre outras. Todas essas são possibilidades que tentam articular uma forte regulação de conteúdo com uma liberalização de mercado. Essa chamada Nova Direita, por sua vez, é um conceito que passou a ser utilizado na literatura estadunidense e europeia (CLARKE; NEWMAN, 1997; AFONSO, 1998; APPLE, 2000; 2003) para designar um movimento que teve início nos anos de 1970. A Nova Direita constitui uma aliança realizada, principalmente, entre neoconservadores e neoliberais, que foi central para o dismantelamento do Estado de Bem-estar e para a criação de uma nova forma de administrar o Estado, quando da crise de 1970 nos países capitalistas centrais.

É bem consistente a visão de que o neoliberalismo tem liderado esta aliança, especialmente na educação, embora nos últimos anos em vários países os movimentos conservadores tenham aumentado e, em muitos lugares, hegemonicamente. De fato, ocorre que as políticas globais movem-se rapidamente e globalizam-se hegemonicamente, oscilando ora com predominância neoliberal, ora com predominância neoconservadora.

Um exemplo desta articulação e consolidação é o GERM – *Global Education Reform Movement*, que expressa essa agenda global para as reformas educativas, como nos mostra Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018). A agenda desse movimento global traduz políticas de currículo, de avaliação e testes padronizados, bem como políticas de mercado, como a defesa da ampliação de parcerias público-privadas e outras formas de privatização endógenas e exógenas.

Sistemas de avaliação e testes padronizados passam a ocupar posição crucial para a consecução dessa agenda global, pois exigem: política de um currículo nacional – cujo conteúdo será o resultado das lutas culturais e políticas em torno do conhecimento (conservador e/ou tradicional, dependendo das correlações de forças); a produção de materiais e livros didáticos – vitais para o mercado na educação; estabelecimento de índices e metas que garantam uma padronização que permita comparações; assim como a permissão e flexibilização para incentivar alternativas educativas mais independentes do estado, como *escolas charter*, *vouchers* e *home-schooling*. Assim, na sequência, apresentamos características destes grupos e apontamos algumas políticas educacionais que são embasadas em suas premissas.

Para além dos neoliberais, tendo em vista que, nos últimos anos, vive-se no Brasil uma onda conservadora, destaca-se a necessidade de abordar características dos neoconservadores e dos populistas autoritários. Alguns autores, inclusive, já publicaram estudos que indicam a presença de ações de grupos neoconservadores no cenário brasileiro (BARROCO, 2011; 2015; MOLL, 2015).

De acordo com Apple (2003, p. 57), os neoconservadores baseiam-se “numa visão romântica do passado, um passado em que o ‘verdadeiro saber’ e a moralidade reinavam supremos, onde as pessoas ‘conheciam o seu lugar’ e em que as comunidades estáveis, guiadas por uma ordem natural, protegiam-nos dos estragos da sociedade”. Apple (2003) cita algumas políticas que são propostas por este grupo nos Estados Unidos: currículos obrigatórios, avaliações nacionais, um retorno a uma “tradição ocidental”, patriotismo e perspectivas conservadoras da educação do caráter. Ademais, os neoconservadores realizam ataques ao multiculturalismo, entendendo o “outro” como um perigo para os “valores

tradicionais” (APPLE, 2003). Apple (2003) destaca ainda que uma das exigências dos neoconservadores tem sido um Estado cada vez mais forte no sentido de regular a ação dos professores, passando de uma “[...] ‘autonomia permitida’ para uma ‘autonomia regulamentada’ à medida que o trabalho dos professores torna-se extremamente padronizado, racionalizado e ‘policado’” (APPLE, 2003, p. 62).

É importante salientar que os neoconservadores, no contexto dos Estados Unidos, estabelecem alianças com os neoliberais, mas, também, com os fundamentalistas religiosos populistas e autoritários e os evangélicos conservadores (APPLE, 2003). O que cabe ressaltar é que estes grupos não atuam de forma isolada, mas estabelecem alianças, mesmo que muitas vezes alguns de seus interesses sejam contraditórios, como já mencionamos.

Os populistas autoritários baseiam suas posições sobre educação e política social em certas visões da autoridade bíblica, como a “moralidade cristã”, os papéis de gênero e a família (APPLE, 2003). Apple (2003, p. 67) afirma que a plataforma dos populistas autoritários inclui questões relativas a gênero, sexualidade, família e sobre o que deve ser o saber legítimo nas escolas. Nos Estados Unidos, Apple (2003) destaca que este grupo tem feito pressão sobre as editoras que produzem livros didáticos para mudar conteúdos e aspectos importantes da política educacional. Outro exemplo de pauta educacional dos populistas autoritários é a educação de seus filhos em casa (APPLE, 2013). O ensino domiciliar (*homeschooling*) é baseado, por exemplo, na premissa de que a interferência do Estado na vida da família representa um perigo e tem relação com o medo do multiculturalismo que, na perspectiva dos populistas autoritários, representa outro perigo, já que seus filhos são obrigados a conviver com o “diferente” e, muitas vezes, “imoral”.

Apple (2003) enfatiza que há interesses comuns entre os neoconservadores e os populistas autoritários nesta aliança conservadora. A ideia é recolocar no centro do currículo questões referentes à autoridade, moralidade, família, igreja e “decência”, pois somente estes aspectos podem superar a “decadência moral” que eles veem como evidente em dias atuais (APPLE, 2003). De acordo com Apple (2003, p. 61): “A liderança da ‘reforma’ do ensino está cada vez mais sob o domínio dos discursos conservadores em torno de um ‘bom padrão de qualidade’, ‘excelência’, ‘avaliação’ e assim por diante”.

O que foi acima arrolado em relação à aliança conservadora – tratada de forma mais específica a partir do contexto estadunidense – demonstra a força que os neoconservadores e os populistas autoritários têm nos Estados Unidos e o quanto eles têm conseguido tornar muitas de suas ideias práticas concretas no âmbito da educação. Mais uma vez, cabe ressaltar que os neoconservadores e os populistas autoritários não agem de forma isolada, mas realizam alianças com outros grupos, como os neoliberais, nisto que Apple (2003) chama de “modernização conservadora”, isto é, uma aliança entre grupos com ideais que, ainda que soem modernizantes – como no caso dos neoliberais – são conservadores.

A discussão deste trabalho demonstra que o neoconservadorismo e o neoliberalismo articulam-se naquilo que Apple (2003) chama de aliança conservadora e que as ações dessa aliança têm repercutido nas políticas educacionais. Diferentes grupos têm atuado de forma a estruturar essa agenda neoliberal e neoconservadora, redefinindo o papel do estado e as próprias políticas educacionais.

A partir dessas reflexões, entende-se que discutir o neoliberalismo e o neoconservadorismo e as repercussões de suas agendas nas políticas educacionais é urgente e necessário tendo em vista que, especialmente, os movimentos conservadores vêm ganhando força e notoriedade, conseguindo que muitas de suas pautas se façam vigentes em documentos legislativos, no senso comum educacional e social. Isto tem implicações nefastas para a definição do que é educação.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional:** para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Portugal: IEP/CEEP/Universidade do Minho, 1998.
- APPLE, Michael W. Fazendo o trabalho de Deus: ensino domiciliar e trabalho de gênero. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação:** análise internacional. Tradução de Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2013. P. 166-176.
- APPLE, Michael. **Educando à Direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPLE, Michael. **Política Cultural e Educação.** Tradução de José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.
- CLARKE, John; NEWMAN, Janet. **The Managerial State:** power, politics and ideology in the remaking of Social Welfare. London: Sage Publications, 1997.
- MOLL, Roberto. Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo: duas faces da mesma moeda? 2015a. Disponível em: <<http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43>>. Acesso em: 11 de maio de 2016.
- VERGER, Antoni; PARCERISA, Lluís & FONTDEVILA, Clara. The growth and spread of large-scale assessments and test-based accountabilities: a political sociology of global education reforms, **Educational Review**, p.1-26, 2018.

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: a modernização do já ultrapassado

Rosânia Campos – PPGE/Universidade da Região de Joinville

Resumo: Nesse texto procuramos analisar o Programa Criança Feliz do governo federal, procurando observar a lógica de sua formulação e execução, bem como compreender esse Programa no contexto das atuais políticas para educação e infância. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa documental, a qual trabalhou com os documentos fundantes do programa e documentos auxiliares para compor sua contextualização. As análises indicam, que esse tipo de programa é um recuo na defesa dos direitos pensados na lógica universal e distributivos.

Palavras Chaves: Política para Educação Infantil; Programa Criança Feliz; neoliberalismo

A educação infantil, como política de assistência social na intersecção com a política educacional de direito teve um reconhecimento tardio no Brasil, fato que repercute ainda hoje, na insuficiente rede de instituições públicas para atender essa etapa educativa, e no próprio campo teórico, que ainda apresenta várias disputas, como por exemplo, ter um currículo ou não para educação infantil. Mas, ainda que esses desafios se fazem presente, não é possível ignorar que a Constituição de 1988, avançou significativamente ao compreender as políticas sociais, entre essas as educacionais, como sendo de direito universal. Entretanto, esse processo de consolidação de políticas sociais, deflagrado após abertura política, foi obstaculizado pelas contratendências advindas da reforma do Estado na década de 1990. Um reforma fundamenta no neoliberalismo que enfatizou as privatizações e desprezou as conquistas de 1988, no campo da seguridade social e educacional. Nesse processo, a carta constitucional era vista como atrasada, sendo necessário um novo “projeto de modernidade”, a qual se revela hoje como uma “modernização conservadora”.

De acordo com Castro (2010, p.200):

Os direitos sociais garantidos na constituição de 1988 que passam, assim, a serem desfigurados por processos econômicos macroestruturais, ganham novos contornos sob a imposição do discurso da necessidade e de inovação das práticas sociais.

Seguindo essa lógica, o foco das políticas sociais não deve ser guiado pelo coletivo e universal, antes a defesa é por políticas focais, que segundo a lógica neoliberal são menos onerosas para o Estado, desperdiçam menos recursos e alcançam devidamente os pobres (VIANA, apud CASTRO, 2010).

Desse modo, para ser possível efetuar essa premissa é urgente promover a “cidadania ativa”, de modo que seja possível “dotar os indivíduos carentes de habilidades, levando-os a ultrapassar a linha da pobreza e, assim, almejar o acesso à realização de sua individualidade” (CASTRO, 2010, p.200). Essa cidadania ativa, ou como propaga Guidens, “sociedade Civil ativa” acaba por fazer uma ressemantificação dos conceitos de cidadania e de sociedade civil, e de modo similar, recoloca a relação entre Estado, economia e sociedade civil. E a exemplo de outros momentos da história do Brasil, as reformas da década de 1990 implicaram em um intenso processo de modernização conservadora ou, no conceito gramsciano, de revolução passiva.

O resultado desse processo, nas políticas sociais foi o “Programa de publicização” “que se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução das políticas públicas” (BEHRING e

BOSCHETTI, 2011, p. 154). Esse fato inaugurou novas formas de filantropia, como indica Ball (2014) a qual combinou fortemente o serviço voluntário, desprofissionalizando a intervenção em diferentes áreas, como educação infantil, reinserindo-a no mundo da solidariedade, da realização do bem comum para os indivíduos, por meio de um trabalho voluntário, muitas vezes sem remuneração (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). No caso específico da educação é perceptível também, a divisão entre a formulação e a execução das políticas, de forma que, a formulação ficaria sob responsabilidade do Estado, e a execução sob responsabilidade das agências e intuições parceiras. Não obstante, como alerta Apple (2003), seria muito simplista interpretar essa negociação da educação como resultado de uma elite econômica, ainda que não seja possível desconsiderar a força econômica na disputa hoje na execução da educação. Sempre necessário lembrar que a

Educação é um espaço de luta e conciliação. Serve de representante e também de arena para batalhas maiores sobre o que nossas instituições devem fazer, a quem devem servir e quem deve tomar essas decisões. E, apesar disso, é por isso mesma uma das maiores arenas em que os recursos, o poder e a ideologia específica à política, finanças, currículo, pedagogia e avaliação no ensino são debatidos (APPLE, 2003, p.42).

Ao se considerar os aspectos acima discutidos, o presente texto procura tecer uma análise do Programa Criança Feliz, sob responsabilidade do atual Ministério da Cidadania, “carro chefe” das políticas para infância no governo Temer, e que segue no atual governo. Sendo importante ressaltar que, o Programa Criança Feliz não é um programa voltado para educação infantil, antes como é definido no decreto de sua promulgação, o “Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida” (BRASIL, 2016). Entretanto, ao analisar as proposições do programa é visível seu caráter educativo, em especial, sua função em educar as famílias pobres. Dessa forma, o conceito de pobreza assume a noção de carências individuais, conforme iremos procurar demonstrar nas análises, “indicando que atrás de um discurso moderno e inovador atualiza-se o antigo e o conservador” (CASTRO, 2010, p. 200). Para apresentar nossas análises, realizamos uma pesquisa documental, analisando os documentos fundantes do Programa, e documentos secundários que oportunizam aprimorar as análises. Assim, em um primeiro momento iremos apresentar o programa, sua origem e sua formulação. Na sequência apresentamos aspectos do manual de formação das pessoas que farão a execução do programa, e finalizamos com algumas reflexões e indagações, as quais esperamos contribuir para o debate.

O Programa Criança Feliz

O Programa Criança Feliz, foi lançado em outubro de 2016, sendo idealizado pelo então deputado federal Osmar Terra, que ocuparia o cargo de Ministro do Desenvolvimento Social, e que no governo atual, continua no cargo, mas sendo o ministério agora denominado Ministério da Cidadania. Interessante lembrar que, Osmar Terra, é médico, com especialização em neurociência, sendo secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, no período de 200 a 2010, no qual criou o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), programa que serviu de base para o Programa Criança Feliz. Foi também o proponente da lei Marco Legal da primeira Infância (2016), sendo fundamental observar que, essa lei se originou em um

curso promovido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, curso que compõe o Programa de Lideranças Executivas, do Núcleo Ciência pela Infância (NCPI) da citada Fundação. Essas informações indicam que, atualmente na educação infantil, além do Estado, as proposições políticas se originam também de grupos externos a esses, como no caso da Fundação, grupos empresariais. Isso indica o que procuramos discutir anteriormente, a entrada de novos atores que gera uma desfiguração nos direitos sociais garantidos em lei, posto que sob a lógica desses programas reside uma estratégia política aparentemente modernizantes, sobre tudo, no caso do Programa Criança Feliz, essa modernidade é respaldada também via o discurso na neurociência utilizado, o qual é apresentado como a “última tendência” nas discussões de desenvolvimento infantil. Entretanto, no lançamento do Programa, foi apresentada, a então primeira-dama, Marcela Temer, como embaixadora do Criança Feliz, fato que evidencia a separação entre uma linguagem dos direitos e o discurso humanitário, destinado aos “deserdados da sorte” (TELLES, 2006), que acaba por difundir a figura do “pobre carente e fraco, vítima e sofredor das desgraças da vida, fixados nas determinações inescapáveis das leis da necessidade” (TELLES, 2006, p.179). Essa perspectiva é reforçada no próprio discurso da embaixadora quando destacou que o Programa “se estende à toda família, o que torna a criança mais segura e fortalece o ambiente familiar a partir das orientações repassadas pelos visitantes sobre a melhor maneira de estimular o desenvolvimento infantil”. Seguindo essa perspectiva, também no momento do lançamento do programa o deputado federal Osmar Terra afirmou que “Pesquisas mostram que crianças bem estimuladas têm um ganho extraordinário na aprendizagem, nas relações sociais e na vida profissional. O programa vai representar uma ruptura no ciclo intergeracional da pobreza. O restante da existência da criança será fruto desse período (0 a 3 anos)”. Para além dos questionamentos que se pode fazer em relação a equação que fazem: desenvolvimento infantil – estimulação – sucesso futuro, o que queremos chamar atenção é o retorno do tradicionalismo quando se defende um tipo único de orientação, um tipo correto de estimulação para o desenvolvimento infantil, evidenciando uma normatividade no processo de criação das crianças, ou como fala Apple (2003) acabam definindo um determinado tipo de moralidade, conforme procuramos ilustrar a seguir.

Educar quem irá educar Manual de formação: “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) – Manual de orientação às famílias.

Embora o manual, traga em seu título que é um material orientador às famílias, no corpo do documento é definido como uma “proposta para capacitação de multiplicadores que atuam junto a pais e cuidadores de crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 2012, p.04). Necessário destacar que esse material foi produzido pela UNICEF em parceria com a Organização Mundial de Saúde, sendo traduzido para diferentes países. Nesse manual são apresentados os objetivos, os métodos e os materiais do curso. Na sequência são diferentes sessões com o objetivo de definir desenvolvimento infantil, recomendações e orientações às famílias e uma parte para orientar o trabalho dos denominados multiplicadores. O material tem como apoio fichas de orientações e fichas de verificação, o que reforça a lógica de um programa específico para ser desenvolvido. Outro aspecto do Manual, é a lógica prescritiva, como por exemplo, na sessão “cuidando do desenvolvimento da criança”, afirmam que “o

cérebro se desenvolve mais rapidamente antes do nascimento e durante os dois primeiros anos de vida. Uma boa nutrição e saúde são especialmente importante durante esse período” (Brasil, 2012, p.09). Ainda que seja fato o diferencial do processo de desenvolvimento cerebral durante os dois primeiros anos, há estudos que também indicam que não é possível trabalhar de forma determinista com esse período, ou seja, não é possível afirmar com certeza que um baixo processo de mediações resultará em marcas indelévels no desenvolvimento. Outro aspecto que é notório no documento, é o entendimento da pobreza, como afirmarmos anteriormente, como residual e não estrutural, assim, parece via as recomendações que as famílias não atende todas as necessidades nutricionais das crianças por puro desconhecimento. Tem do em vista os limites desse texto não é possível apresentar novos excertos dos documentos estudados, entretanto, importante destacar que a lógica do Programa é pautada em uma perspectiva curricular etapista, determinista e passíveis de serem verificadas. Conforme é indicado no próprio documento:

A ficha de avaliação serve como um guia à medida que você domina essa informação e orienta a família. Ela ajuda a compreender como a criança está sendo cuidado. Ela ajuda você a dar conselhos apropriados, baseados na idade específica da criança. (Brasil, 2012, p.30, sem grifos no original).

Conforme é possível observar, além da desqualificação profissional, haja vista que esse “visitador” pode ser qualquer pessoa, outro aspecto que é importante lembrar é que, esse tipo de programa não compõe o quadro de políticas sociais na lógica redistributiva, universal, intencionadas pelo estabelecimento de igualdade de condições. Além desses aspectos, esse tipo de programa é deveras perigoso ao se considerar a história da educação infantil no país; uma vez que, a educação infantil foi constituída inicialmente como ação filantrópica, depois como uma boa estratégia de educação das famílias para somente no final da década de 1980 ser inserida no rol das políticas de direitos. Dito de outro modo, esses tipo de programa recoloca no cenário, de modo conservador, um modelo de família, um modelo mãe, de pai, de cuidado ignorando as realidades econômicas, culturais e sociais. Sendo as diferenças compreendidas como decorrentes de maior ou menor investimento parental.

Para além dos movimentos conservadores

O programa Criança Feliz, como já indicado, embora não sendo um programa do Ministério da Educação, faz face com esse e, é estimulado como importante estratégia para os governos no atendimento das crianças, de modo especial, de 0 a 3 anos e seguradas pelo bolsa família. No caso específico de ser esse um programa que nos últimos 3 anos aparece como única ação governamental para primeira infância, observamos que as reivindicações de direito a educação em espaços públicos coletivos, ficam secundarizadas quando programas dessa ordem são adotados pelas cidades e estados. Parece haver um “encolhimento” da cena política e como bem destaca Telles (2006, p.188), “esse desmanche dos direitos tem o peculiar efeito de metamorfosear as figuras clássicas de nosso “atraso” nos símbolos de nosso progresso. Ao que parece, ficamos finalmente modernos”. Desse modo, o problema da igualdade é resolvido, na medida em que as famílias tenham “acesso ao mínimo para uma boa educação

de seus filhos”. Além desses aspectos, esse tipo de programa tensionada outra aspecto, agora de ordem pedagógica, qual seja, esse tipo de programa, com orientação determinada para cada faixa etária, com atividades prontas, estabelecidas inclusive no modo de serem apresentadas, vai de encontro a uma luta no âmbito da educação infantil no sentido de superar currículos por áreas, currículos fundamentados em rotinas, currículos pautados na lógica de preparação para a etapa seguinte. A perspectiva determinista do programa, a ponto de ser possível anotar a evolução nas habilidades das crianças, colide com a defesa da educação infantil como espaço de convivência coletiva, de vivências múltiplas, de um fazer político do professor/a, do compromisso em aprender os conhecimentos acumulados pela humanidade de forma cooperada, retira os elementos fundamentais que devem estar presentes no processo de aprendizagem.

Referências

APPLE, Michael W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica José Eustáquio romã. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) – Manual de orientação às famílias.** Ministério do Desenvolvimento social e Agrário – Programa Criança Feliz, 2012. _____ Decreto 8.869 de 05 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. BRasília, 2016.

CASTRO, alba teresa B. de Política educacional e direitos sociais: reconfirmação do ensino superior no Brasil. In BOCHETTI [et al.] (orgs.) **Capitalismo em crise, políticas social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010

TELLES, Vera da silva. **Direitos Sociais:** Afinal do que se trata? 2ª reimpressão. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

Redes de Influência em Políticas Educacionais: uma análise do Movimento pela Base Nacional Comum

Simone Gonçalves da Silva – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Resumo: A presente discussão tem como objetivo apresentar a rede de atores que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), a fim de analisar como se constitui a agenda educacional que sustentam o discurso de produção de um currículo nacional no cenário brasileiro. A pesquisa baseia-se na abordagem de análise de redes e na etnografia de rede, proposta por Stephen Ball (2013; 2014). A abordagem de análise de redes nas pesquisas em educação possibilita compreender o surgimento de novos atores e as influências na produção de conhecimento em políticas educacionais. Por fim, a rede de influência política do MBNC apresentada, em sua análise, demonstra a existência do avanço nas relações com o neoliberalismo e o neoconservadorismo na condução das políticas educacionais brasileiras e resultarão em possíveis efeitos diante da proposta de uma base nacional curricular no cenário educacional contemporâneo.

Palavras-chave: Redes políticas de influência. Movimento pela Base Nacional Comum. Currículo nacional.

A padronização e unificação dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras, desde a educação infantil até o ensino médio, vem sendo a proposta defendida pela implementação de uma base comum curricular. Os sistemas de ensino, os professores e os gestores de todo o país estão sendo convocados a se mobilizar em torno do documento que visa orientar o currículo em âmbito nacional, iniciado em 2015, esse intitulado como Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lançado pelo Ministério da Educação.

Nesse contexto que se justifica esse estudo, pois a discussão tem como interesse apresentar a rede de atores que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) que defendem a produção de um currículo nacional no cenário brasileiro. A discussão da produção de um currículo nacional requer várias considerações no campo de estudos de políticas curriculares. Entende-se que currículo envolve disputas de poder sobre às áreas disciplinares, os conteúdos e as práticas pedagógicas. Abrange, sobretudo, sustentar um projeto de sociedade e um tipo de sujeito a ser formado. Diante disso, questiona-se qual o projeto de sociedade e qual agenda educacional está em curso no processo de defesa de uma Base Nacional Curricular Comum liderado pelos atores que compõem movimento.

A proposta da pesquisa optou por fazer uso da metodologia de redes desenvolvida por Ball (2014). Essa proposta de pesquisa envolve o mapeamento, capturas, questionamentos dos movimentos, mobilizações, fluxos, relações e interações para fazer funcionar a política dentro dessas redes. A etnografia de rede permite a demonstração de redes que unem os atores e organizações nacionais e internacionais envolvidos na elaboração e difusão de políticas.

A pesquisa toma como objeto empírico o Movimento pela Base Nacional Comum. Parte-se do pressuposto que a internet na atualidade possui grande influência na vida das pessoas e tem se mostrado como uma ferramenta que dissemina informações e produz verdades, por isso empreendemos uma investigação do MBNC e a divulgação de suas ideias em websites e páginas de redes sociais, como o Facebook. Sendo assim, inicialmente, foi realizado um levantamento, a partir da página no Facebook - Movimento pela Base Nacional Comum com a utilização do aplicativo Netvizz, no qual foi construída a primeira rede, assim como aqueles propostos por Ball (2013; 2014), identificando os atores e suas relações. Posteriormente, esses dados foram importados para o software livre *Gephi*. Com base na

A Fundação Lemann é a principal articuladora do MBNC, foi a partir do financiamento do evento nos EUA que começou a se consolidar o movimento. A referida fundação “apoia, participa ativamente e é a secretaria-executiva do Movimento pela Base para garantir a qualidade do documento e de sua implementação”. Segundo a instituição a proposta da BNCC visa que “todos os alunos e alunas, independentemente da região onde vivem ou de sua condição socioeconômica, têm o direito de aprender”, por meio da garantia da definição dos “conhecimentos e as habilidades essenciais de cada etapa da vida escolar - da Educação Infantil ao Ensino Médio” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2019).

Para que a implementação da BNCC ocorra a Fundação Lemann estabeleceu parceria com a Omidyar Network, em 2017, com a empresa de investimento filantrópico pelo Pierre Omidyar criador do sítio eletrônico Ebay. A parceria tem como investimento três milhões de dólares para projetos tecnológicos que auxiliem na formulação do currículo nacional (FUNDAÇÃO LEMANN, 2019).

Ainda em 2017, na proposta de elaboração dos recursos tecnológicos a Fundação Lemann estabeleceu parceria com o Google para elaborar uma plataforma digital. A plataforma estará sob responsabilidade da Revista Nova Escola “que dará muito subsídio para o trabalho docente antes, durante e depois da aula: a produção de milhares de planos de aula estruturados e alinhados à Base Nacional Comum Curricular”¹.

Percebe-se que alguns atores apresentam uma pauta mais liberal que se aproximam da pauta conversadora pela defesa do currículo nacional. O “Movimento Pela Base Nacional Comum”, que ao se colocar como um instrumento de mobilização na elevação da escolarização, envolve vários setores da sociedade em defesa de uma suposta Educação Básica de qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros, para justificar a importância do voluntariado, da solidariedade e da responsabilidade social, porém visa de fato o vasto mercado educacional e a imposição de uma agenda conservadora.

Os neoliberais sustentam um Estado fraco, em que os princípios do mercado devem conduzir todas as questões sociais. Partem do entendimento de que “o público agora tornou-se o centro de tudo o que é ruim; o privado, o centro do que é bom” (APPLE, 2011, p. 82). Assim, baseados em uma racionalidade econômica, os neoliberais defendem a mercadização e a privatização de instituições públicas, a terceirização de serviços e as parcerias público-privadas como modo de garantir a excelência, a eficiência e a competitividade dos serviços educacionais.

Enquanto os neoconservadores, de acordo com Apple (2011, p. 82), baseiam-se no “Estado forte em certas áreas, sobretudo no que se refere à política das relações de corpo, gênero e raça, a padrões, valores e condutas e ao tipo de conhecimento que deve ser transmitido a futuras gerações”, o que parece se aproximar com a defesa da BNCC na definição de conhecimentos.

O que se quer destacar são as proximidades desse bloco de poder denominado restauração conservadora (APPLE, 2011), em que se constitui em uma aliança neoconservadora e neoliberal pelas aproximações na proposta de definir do que deve ser ensinado e aprendido, influenciando na produção do currículo nacional o que possibilitará, segundo o movimento, que todos tenham os mesmos direitos de aprendizagem garantido por um currículo padronizado.

A proposta da BNCC compartilha algumas características dos neoliberais e neoconservadores. A política de um currículo nacional implica em instituir uma cultura de controle sobre conteúdos, as metodologias, os planejamentos, bem como a regulação do trabalho docente. Tal política, sobretudo, parece defender um projeto de sociedade baseada na liberdade de escolha, que pela homogeneização dos conhecimentos possibilita a competitividade, para os neoliberais, e para os neoconservadores uma forma de assegurar a transmissão da “cultura comum”.

A proposta foi de “levantar uma quantidade suficiente de questões graves para fazer-nos parar e pensar sobre as implicações de seguir nesse rumo, em tempos de triunfalismo conservador” (Apple, 2011, p.75). De tal modo que apresentar o aparecimento de diversos atores na constituição das redes políticas de influência, torna possível compreender como o processo de produção da proposta de base curricular nacional reforça a constituição de uma agenda educacional neoliberal e conservadora para as reformas educativas no contexto brasileiro. Por fim, considera-se que conhecer as redes e seus atores é fundamental para se pensar e articular resistências contra esses discursos reformadores neoliberais e neoconservadores que têm regulado e controlado o cenário educacional contemporâneo.

Referências

- APPLE, M.W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional. In: MOREIRA, A. e TADEU, T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo. Editora Cortez, 2011, p. 71-106.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós Estado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n89, p.1105-1126, set/dez, 2004.
- BALL, S.J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL Stephen; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Página Institucional. 2019. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/projetos/apoio-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 03 jun. 2019
- MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v.12, n.3, out./dez.2014, p.1530-1550.

ⁱ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/4849/com-apoio-de-fundacao-lemann-e-google-nova-escola-publicara-6-mil-planos-de-aula-gratuitos-e-alinhados-a-base-nacional-comum>